

## O *IMPEACHMENT* DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF???

Vera Chaia

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

✉ vmchaia@pucsp.br

**Resumo:** O artigo tem como objetivo analisar o processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rouseff, do PT, desencadeado pela oposição ao seu governo.

**Palavras-chave:** Dilma Rouseff; PT; *impeachment*.

**Abstract:** The article aims to analyze the process of *impeachment* against President Dilma Rouseff, PT, initiated by the opposition to his government.

**Keywords:** Dilma Rouseff; PT; *impeachment*.

No último domingo, dia 17 de abril de 2016, acompanhamos a sessão da Câmara dos Deputados, que estava votando o pedido de *impeachment* contra a presidente Dilma Rouseff. A sessão foi marcada por atuações de deputados federais que se manifestaram contra, a favor e alguns parlamentares se abstiveram. Naquela ocasião a sociedade brasileira pode conhecer melhor os seus representantes. O *impeachment* foi aprovado por 367 deputados e 146 votaram contra, incluindo as abstenções. Esse resultado já era esperado, mas não a diferença nos números dos que aprovaram a continuidade do processo de *impeachment*.

O que mais chamou a atenção foram as manifestações grotescas e absurdas dos deputados federais no momento de votarem. A grande maioria destes políticos ofereceram seus votos à sua família, à religião, à Deus, aos militares, etc. Para reforçar o nosso argumento do lado hilário e ridículo destas manifestações, escolhemos algumas para ilustrar a explanação dos votos

falados e/ou lidos no microfone aberto para que os parlamentares dessem o seu voto:

“Por Deus e em nome de meu pai”;

“Pelo povo de Deus, pela família brasileira”;

“Que Deus tenha misericórdia desta Nação” (fala de Eduardo Cunha, PMDB/RJ, antes de votar pelo SIM).

“Em nome de meu pai, minha mãe”;

“Em respeito ao povo brasileiro”;

“Por Deus, pela família brasileira”;

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”;

“Em nome de Deus ...em defesa dos militares”;

“Em defesa da democracia, do estado de Direito”; “Perderam em 1964, perderam agora em 2016, contra o comunismo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma, o meu voto é sim” (fala de Jair Bolsonaro, PSC/RJ, antes de votar SIM).

Também tivemos manifestações contundentes contra o *impeachment*, ressaltando que o que estava acontecendo era um golpe:

“Não estou aqui para homenagear meus filhos, minha mulher, meus parentes, nem mesmo para homenagear minha terra natal, o meu estado. Eu sou contra o golpe” (deputado Adelmo C. Leão, do PT/MG);

“Em nome da Democracia e do estado de Direito”.

“Eu não reconheço a legitimidade em Eduardo Cunha presidir esse processo e Temer em presidir esse país”.

“Tenho nojo e horror do golpismo, a presidente Dilma é honesta e não pode ser julgada por um réu da Lava Jato, eu voto Não”.

Os parlamentares do PT, PSOL, PC do B votaram, em bloco, contra o *impeachment* destacando Jean Wyllys (PSOL), Ivan Valente (PSOL), Chico Alencar (PSOL), Paulo Teixeira (PT), Zé Geraldo (PT), Henrique Fontana (PT), José Guimarães (PT), Benedita da Silva (PT), Orlando Silva (PC do B), Jandira Feghali (PC do B), além de Silvio Costa (PT do B) e Alessandro Molon (Rede), dentre outros.

Agora, para compreender a atual crise política enfrentada pela presidente Dilma Rousseff, PT, devemos retroceder no tempo até meados do 3º ano de seu primeiro mandato. A presidente encontrou vários problemas com sua base parlamentar e disputou a campanha eleitoral de 2014, em busca da reeleição, desestabilizada e com problemas de avaliação de seu governo (35% de aprovação em 01 de setembro de 2014).

O marco divisório dessa situação se deu com as jornadas de junho de 2013, conjuntura política caracterizada pela eclosão de uma série de manifestações sociais – MPS (Movimento do Passe Livre), *Black Blocs*, movimentos dos Sem teto, dentre outros que questionavam as políticas públicas, a mobilidade urbana, além de outros aspectos. Essas manifestações mobilizaram milhões de pessoas em todas as capitais e em algumas cidades do país. Também devemos considerar as manifestações que começaram em 2013 e se acentuaram em 2014, com o posicionamento de vários segmentos contrários à realização do Campeonato Mundial de Futebol no Brasil, que aconteceu em junho de 2014. Não podemos desconsiderar que a tais movimentos reivindicatórios se incorporaram setores conservadores e forças que se opunham a essas manifestações e que ressurgiram na conjuntura do processo eleitoral de 2014.

Neste 2º turno as duas forças políticas, PT e PSDB, radicalizaram a disputa eleitoral, evidenciando a polarização desses partidos. As pesquisas eleitorais indicavam empate técnico entre os dois candidatos. Os embates entre as duas candidaturas foram acirrados. A campanha eleitoral no HGPE,

bem como os confrontos nos debates políticos promovidos pelas emissoras de televisão, foi agressiva. Os confrontos também ocorreram nas redes sociais entre eleitores das duas candidaturas.

No dia 23 de outubro de 2014, véspera do término da campanha eleitoral na televisão e do debate entre os candidatos na TV Globo, a revista Veja lança a sua edição com a seguinte manchete: Eles sabiam de tudo.



Em depoimento, o doleiro Alberto Youssef afirmou que Dilma e Lula sabiam de toda a corrupção que vinha ocorrendo na Petrobras.

A manobra “golpista” da Veja foi denunciada pela presidente Dilma no último debate promovido pela Rede Globo, no dia 24 de outubro de 2014, e no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral: “Meus amigos e minhas amigas, eu gostaria de encerrar minha campanha na TV de outra forma, mas não posso me calar frente a esse ato de terrorismo eleitoral articulado pela revista Veja e seus parceiros ocultos. Uma atitude que envergonha a imprensa e agride a nossa tradição democrática. Sem apresentar nenhuma prova concreta e mais uma vez baseando-se em supostas declarações de pessoas do

submundo do crime, a revista tenta envolver a mim e ao presidente Lula nos episódios da Petrobras que estão sob investigação da justiça. Todos os eleitores sabem da campanha sistemática que a revista move há anos contra Lula e contra mim, mas dessa vez a Veja excedeu todos os limites (...).”

No dia 26 de outubro de 2014, foi realizado o 2º turno das eleições presidenciais. A presidente Dilma Rousseff foi reeleita com 51,64% dos votos válidos. Aécio Neves obteve 48,36% dos votos válidos.

No dia 30 de outubro do mesmo ano, o PSDB protocolou no Tribunal Superior Eleitoral uma petição para que fosse aberto “um processo para verificar os sistemas de votação e de totalização dos votos com a criação de comissão de especialistas indicados pelos partidos” (Jornal *O Estado de S. Paulo*, 31/10/14). O pedido foi feito porque o PSDB recebeu denúncias, segundo a direção do partido, através das redes sociais, de que ocorreram ‘fatos estranhos’ naquele processo eleitoral.

A auditoria foi repudiada pelo TSE e pelos partidos políticos, que consideraram que o PSDB estava forçando um “3º turno” das eleições. O ministro João Otávio de Noronha, corregedor-geral do TSE, afirmou que: “Não há nada que comprometa a lisura do processo eleitoral” (Jornal *O Estado de S. Paulo*, 01/11/14).

A presidente Dilma Rousseff tomou posse no dia 01 de janeiro de 2015 e encontrou um Congresso Nacional complexo, com 35 partidos registrados no TSE, com o crescimento das bancadas mais conservadoras, a bancada BBB (bíblia, bala e boi) - evangélicos, ruralistas e bancada da “bala” e com o decréscimo de uma representação sindical. A base governista de Dilma Rousseff cresceu, porém sem fidelidade nem controle sobre a atuação de alguns partidos políticos, visto que, na primeira gestão da presidente, eles se rebelaram e assumiram uma posição contrária aos projetos apresentados pelo governo.

Manifestações contrárias à presidente Dilma Rousseff e ao PT, aconteceram no ano de 2015 e agora em 2016, não só no Congresso Nacional, mas também manifestações de setores da sociedade brasileira e de uma grande parte da imprensa brasileira. A operação Lava Jato ainda em andamento, provocou prisões de empresários de empreiteiras citadas pelos ex-diretores da Petrobras. O Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, entregou ao Supremo Tribunal Federal, no dia 03 de março de 2015, a lista de políticos envolvidos com o esquema de corrupção da Petrobras, citados pelos delatores.

No caso da presidente Dilma Rousseff, a sua base de apoio foi desmembrada, e o bloco que a acompanhava desde 2010 sofreu uma série de reveses, vide PSB, que lançou candidato próprio (Eduardo Campos, morto num acidente de avião durante o período eleitoral). O próprio PMDB, que esteve presente nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e no primeiro governo de Dilma Rousseff, tendeu a manter uma neutralidade face ao processo eleitoral de 2014, também por conta das eleições estaduais, cuja dinâmica é bem diferenciada das eleições presidenciais. Michel Temer, do PMDB, foi novamente o vice-presidente e comandou o processo de impeachment junto com Eduardo Cunha, presidente da Câmara Federal e réu do Supremo Tribunal Federal.

A divulgação de uma série de escândalos políticos relacionada ao PSDB e PSB foram esquecidos e omitidos pela imprensa, que se manifestou claramente contra Dilma Rousseff. O escândalo denominado “Operação Lava Jato”, que envolveu corrupção dentro da Petrobras, chegou a desestabilizar a candidatura da presidente Dilma. Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras e o doleiro Alberto Youssef revelaram em depoimento, após fazerem acordo com a Justiça em que teriam direito à Delação Premiada, que os seguintes partidos receberam propina: PT, PP e PMDB. Também acusaram deputados, senadores e governadores de terem se

beneficiado do esquema de corrupção montado na empresa estatal. A denúncia se entendeu ao presidente do PSDB, senador Sergio Guerra (morto no começo de 2014), acusado de pedir dinheiro a Paulo Roberto Costa para esvaziar a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Senado que investigava a atuação da Petrobras em Pernambuco no ano de 2009.

Como estamos acompanhando o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha do PMDB, evangélico, desafeto da presidente Dilma, faz parte da bancada crítica do PMDB, o partido com maior representação de sua base aliada. O presidente do Senado, Renan Calheiros, também do PMDB, assumiu posições ambíguas no governo Dilma, embora tenha sido um aliado durante os governos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Eduardo Cunha e Renan Calheiros estão na lista de políticos envolvidos com o esquema de corrupção da Petrobras. Seus nomes foram encaminhados pelo Procurador da República. Se a relação entre estes políticos e a presidente Dilma já era complicada, após esta indicação, os políticos se rebelaram e estão atuando para impedir que qualquer projeto de lei e/ou medida provisória encaminhada pelo executivo seja aprovado.

A bancada conservadora do novo Congresso Nacional reflete a mudança no eleitorado, pois mostra a fragilidade dos setores progressistas, já que houve um refluxo nos movimentos sociais, ou seja, pouca representação política por parte desses grupos.

O presidente da Câmara, Eduardo Cunha “tirou da gaveta” projetos que interferem na vida particular das pessoas, além de privilegiar setores específicos. As políticas públicas, que abrangem setores mais amplos da sociedade, não entram em pauta. A coligação do novo governo da presidente Dilma Rousseff é frágil e age segundo critérios subjetivos, não respeitando os acordos políticos estabelecidos entre esta base o governo.

As manifestações de ruas (15/03/2015 e 12/04/2015) abrangeram milhares de pessoas, em várias cidades brasileiras e teve seu foco de irradiação em São Paulo. Esses manifestantes representam setores mais conservadores da sociedade brasileira. Podemos citar os seguintes movimentos: “Vem pra rua”, “Movimento Brasil Livre”, “Revoltados Online”, dentre outros<sup>1</sup>. Estes movimentos foram essenciais para que as manifestações a favor do *impeachment* se fortalecessem.

Também ocorreram várias manifestações no ano de 2016, em defesa da democracia e Legalidade e à favor da presidente Dilma e do PT.

Lembremos que para minimizar a crise de governabilidade, foi destacado o vice-presidente Michel Temer, do PMDB, para restabelecer a articulação política e fortalecer a coligação, tarefa enfrentada por Temer, que se distanciou da presidente Dilma e aproveitou o momento para estabelecer contatos com vários setores da sociedade brasileira, se colocando como o único político que poderia resolver os problemas econômicos e políticos presentes naquela conjuntura.

A oposição no Congresso Nacional se fortaleceu, a presidente Dilma perdeu força política ao delegar as negociações, seja para seu vice, seja pelo então Ministro da Fazenda Joaquim Levy. Tanto o PMDB quanto a oposição optaram por destituir a presidente, via o processo de *impeachment*, orquestrado por setores da oposição e pelos movimentos sociais conservadores.

Agora o pedido de impeachment foi encaminhado ao Senado, sob a presidência de Renan Calheiros, do PMDB.

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada no dia 12/04/15, traça o perfil dos manifestantes destes movimentos contra o PT e a presidente Dilma Rousseff – <http://www.lage.ib.usp.br/manif/>